

Relatoria Andanças do Patrimônio

Cidade: Manaus/AM

Data: 22/08/2025

Local da realização da atividade: Casarão de Inovação Cassina, Centro, Manaus/AM

Relator (es): Eixo 1 – Rafael Azevedo e Diego Costa / Eixo 2: Carluzi Mattos e Diego Costa / Eixo 3 – Beatriz Calheiro e Adriana Mattos / Eixo 4 – Jaime Oliveira e Maria Luiza Rodrigues.

Observação: após a conclusão da escuta, encaminhar a relatoria para:

snpc@iphan.gov.br

Eixo 1 - Tecendo redes e fortalecendo territórios: a institucionalização do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural a partir da gestão participativa e compartilhada

Desafios	Oportunidades
Comunicação existente não utilizada – os entes não se comunicam (ex: fóruns, conselhos, etc) / Dificuldade de inclusão das comunidades no diálogo	Criação de redes de comunicação interestadual / Diálogo entre agentes municipais
Dimensão territorial (principal, fator amazônico, logística)	Formação de gestores e agentes na área cultural / Capacitação de gestores e conselheiros
Conhecimento sobre patrimônio e cultura	Formação de produtores culturais
Linguagem acessível	Adotar mecanismos e estratégias de comunicação a partir da comunidade
Falta de espaços físicos para tratar das questões da cultura	Parcerias com a comunidade civil
Investimentos para as produções culturais	Apoio à criação da rede municipal de observatório de cultura e turismo
Falta de formação técnica na área de patrimônio e cultura	Efetivar um conselho de patrimônio no município de Manaus (paritário) / Efetivar Funpatri
Poucos servidores	Conselhos ou cadeiras de patrimônio nos municípios e estados (articulação entre municípios, cobranças, capacitação, pleno funcionamento e diálogo)
Falta de entendimento do poder judiciário sobre o patrimônio cultural	Fórum estadual de patrimônio cultural
Falta de políticas públicas para difusão, apropriação e interlocução do conceito de patrimônio cultural	Inserir novos servidores

Falta de informação e dados consolidados para o direcionamento de verbas	Mapeamento das políticas de patrimônio / Criar um observatório do patrimônio cultural estadual
Articulação insuficiente por parte das cadeiras de patrimônio cultural dentro dos conselhos	Criar uma câmara setorial dentro do Copham
	Novo alinhamento do CPF (Conselho, Plano e Fundo)
Eixo 2 - Patrimônio Cultural para e pelo povo: representatividade, acessibilidade, equidade e democratização	
Desafios	Oportunidades
Participação social e acessibilidade (prática de diálogo)	Ampliação de conceito de patrimônio para inclusão de manifestações materiais/imateriais e reconhecimento da diversidade cultural promovendo políticas afirmativas
Profissionalização técnica dos agentes	Projetos de educação patrimonial voltados para a comunicação cultural, programas que incentivem e aproximem jovens e comunidades da preservação cultural
Logística e acessibilidade (ex: invasões dentro do perímetro urbano)	Descentralizar investimentos, reconhecendo o patrimônio fora dos centros urbanos
Capacitação técnica para fazedores de cultura e agentes informais de cultura criativa especialmente nas zonas afastadas do perímetro urbano	Garantir acesso das comunidades e grupos minoritários aos editais através de cotas (grupos minoritários, territorial)
Recursos e investimentos concentrados apenas em pontos turísticos e centrais, falta de acesso em zonas afastadas	Melhorar a comunicação entre gestores do patrimônio/ poder público e grupos minoritários
Falta de conhecimento, pertencimento e identidade patrimonial e cultural	Representatividade em todos os níveis de gestão de representantes minoritários
Falta de conhecimento dos grupos minoritários das políticas públicas cultural e patrimonial	Promover a sensibilização e conscientização do público para o patrimônio através de projetos de educação patrimonial
Falta de democratização da comunicação nas comunidades	

Falta de debates e ações sobre leis e editais de patrimônio	
Falta de capacitação técnica para acessar os editais	
Falta de acessibilidade para PCDs	
Falta de espaços culturais <i>in loco</i>	
Eixo 3 - Fazendo a roda do patrimônio girar: Fomento, Economia do Patrimônio, Trabalho, Renda e Sustentabilidade	
Desafios	Oportunidades
Equilibrar a preservação dos valores culturais do patrimônio com seu aproveitamento econômico de forma sustentável;	Elaborar diretrizes de gestão integrada para bens patrimoniais com usos econômicos sustentáveis, por meio da implementação de um projeto piloto desenvolvido de forma integrada com o poder público, a comunidade local e o setor privado.
Tornar o patrimônio parte ativa da vida comunitária, superando sua percepção como elemento isolado ou apenas simbólico - Integrar o patrimônio à vida cotidiana da sociedade;	Transformar espaços ou bens patrimoniais em centros vivos de atividades culturais – geridos com participação comunitária.
Configuração espacial urbana no aspecto qualitativo do ambiente em favor da monetização e fomento de investimentos em torno do patrimônio;	Implementar um projeto piloto de requalificação urbana integrada em torno de um bem patrimonial, criando um “cinturão cultural e econômico” que conecte o patrimônio ao cotidiano da cidade;
Integração e articulação dos stakeholders (partes interessadas) em torno do aspecto valorativo econômico do patrimônio;	Criação de uma agenda multissetorial permanente para posicionar o patrimônio como ativo econômico - estratégico no território - articulando poder público, iniciativa privada, setor cultural e comunidade.
Mapeamento do potencial econômico associado ao patrimônio;	Desenvolver matriz de indicadores territoriais que evidencie o valor econômico gerado ou potencialmente gerável pelo patrimônio cultural, como instrumento de apoio à gestão, atração de investimentos e formulação de políticas públicas.

Fomentar parceria público-privadas como estratégia para captar investimentos;	Estruturar um modelo de governança colaborativa para o patrimônio, com diretrizes claras para parcerias público - privadas, que viabilizem a reabilitação, gestão e uso sustentável de bens culturais - alinhando retorno social e atividade econômica.
Promover a educação patrimonial com enfoque no potencial econômico dos bens culturais, aliada à sensibilização de stakeholders para a captação de investimentos voltados à valorização e uso sustentável do patrimônio.	Implantar programas de educação patrimonial estrategicamente voltados à formação de agentes multiplicadores – gestores, empresários, educadores e comunidade – capazes de articular o valor cultural e o potencial econômico do patrimônio como eixo de desenvolvimento local.
Dimensionar e evidenciar o potencial econômico do patrimônio cultural regional como estratégia para promover impactos concretos e sustentáveis no desenvolvimento local.	Desenvolver metodologias e instrumentos de avaliação do valor econômico do patrimônio, conectando indicadores culturais, sociais e financeiros, com o objetivo de subsidiar políticas públicas, atrair investimentos e fortalecer a gestão territorial orientada ao desenvolvimento local.
Transformar o potencial econômico do patrimônio cultural local em motor de desenvolvimento turístico sustentável;	Criação de roteiros turísticos culturais integrados, baseados em saberes, práticas espaços e manifestações locais, que valorizem o patrimônio matéria e imaterial da comunidade gerando emprego, renda e preservação da identidade cultural;
Identificar e reconhecer iniciativas sociais que contribuem para dinamização da economia do patrimônio;	Criar um mapeamento colaborativo e participativo de iniciativas comunitárias que atuam com o patrimônio, como base para apoio técnico, financiamento e articulação em redes de economia criativa e solidária;
Fomentar o protagonismo da comunidade local na economia do patrimônio;	Estabelecer mecanismos de inclusão produtiva e fortalecimento de capacidades locais, estimulando o empreendedorismo, a economia criativa e a gestão comunitária de iniciativas vinculadas ao patrimônio cultural.
Promover a articulação entre agentes de	Criação de espaços de diálogo e

fomento e os diversos atores envolvidos na economia do patrimônio - incluindo comunidade, pesquisadores, empreendedores e gestores culturais – de forma a alinhar recursos, práticas e estratégias;	cooperação entre quem financia, quem pesquisa e quem trabalha diretamente com o patrimônio, por exemplo em cooperação com o polo industrial de Manaus/Suframa.
Superar os estigmas em torno dos instrumentos públicos de fomento cultural - a exemplo da lei Rouanet.	Desenvolver campanhas de transparência e educação pública a fim de que se esclareça o funcionamento, benefícios e impactos positivos dos instrumentos de fomento.
Eixo 4 - Patrimônio Cultural: caminhos para a promoção do desenvolvimento sustentável e para a proteção e a adaptação frente à emergência climática	
Desafios	Oportunidades
Desigualdade social	Cursos profissionalizantes acessíveis; economia criativa; turismo como geração de renda; políticas públicas de educação e incentivo.
Mudanças climáticas / Fatores climáticos	Cidades mais resilientes; elaboração de oficinas e materiais educativos; utilização de materiais adequados ao clima regional; políticas ambientais.
Ilhas de calor	Utilização de materiais sustentáveis voltados para conforto térmico; arborização; políticas urbanas de resiliência climática.
Falta de conhecimento social sobre patrimônios históricos / Falta de educação patrimonial	Cartilhas educativas; cadernos interdisciplinares; placas de identificação; políticas públicas de educação patrimonial; oficinas de conscientização; parcerias com universidades.
Especulação imobiliária / Crescimento desordenado	Fiscalização em obras; políticas de diálogo e continuidade de planejamento; aplicação de políticas públicas; ocupação consciente de patrimônios históricos.
Falta de manutenção do patrimônio / Restauração inadequada / Destrução de sítios arqueológicos	Parceria entre comércio, indústria e órgãos públicos; ocupação consciente; projetos turísticos em sítios arqueológicos; criação de museus comunitários; fiscalização mais rigorosa.

Vulnerabilidade ribeirinha / Falta de drenagem urbana / Sistema de drenagem ineficiente	Soluções modernas de drenagem; barreiras de resíduos; políticas públicas ambientais; planejamento urbano mais sustentável.
Falta de conscientização do poder público	Conscientização e capacitação de gestores; implementação de matérias escolares ambientais; políticas públicas de incentivo; diálogo entre esferas.
Alienação cultural / Deslocamento escolar	Produção de materiais didáticos (cartilhas, cadernos, oficinas); integração com universidades; turismo cultural; economia criativa.
Degradação ambiental / Poluição	Oficinas de sustentabilidade; incentivo a materiais biodegradáveis; fortalecimento das leis de licenciamento ambiental.
Falta de investimento / incentivo governamental	Políticas públicas de incentivo; investimento em materiais acessíveis; criação de editais, concursos e capacitação técnica.
Falta de especialização e capacitação profissional	Cursos profissionalizantes; cursos de capacitação em técnicas retrospectivas; parcerias com universidades.
Falta de urbanização adequada / infraestrutura	Passeios acessíveis; cidades resilientes; planejamento urbano sustentável; ocupação consciente.